

**I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES**

**A UPP vista do lado de cá: o jovem e a complexificação da violência na Baixada Fluminense**

Vitor Luiz de Sá Freitas – Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ)

**Resumo:**

Historicamente marcada por um padrão de violência orientado pela atuação de grupos de extermínio, a Baixada Fluminense, área periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, passa, com base nos dados referentes ao número de homicídios, por uma escalada da violência nos últimos cinco anos, em contraste ao ocorrido na capital. De acordo com os moradores dos treze municípios, a explicação para este cenário está nas Unidades de Polícia Pacificadora, postas em prática em algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro desde 2008. A comprovada migração de traficantes das áreas pacificadas promove atualmente uma complexificação do antigo padrão de violência na região, agora caracterizado, também, pelo fortalecimento do tráfico de drogas e pela consequente disputa entre esses dois grupos marginais. Assim, cabe a este trabalho uma discussão deste incipiente cenário da violência na Baixada Fluminense, bem como suas implicações à população jovem, majoritária em números absolutos e dentre as vítimas da violência nesta que é uma das maiores periferias urbanas do mundo.

**Palavras-chave:** grupos de extermínio; tráfico de drogas; juventude.

**Introdução**

Se a tradicional atuação de “matadores” já tornava a violência um elemento presente na sociabilidade da Baixada, a possível complexificação deste padrão a partir da relatada migração de traficantes das favelas cariocas pacificadas é um novo tópico merecedor de investigação. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), de janeiro a outubro de 2014 foram registrados 1.674 homicídios dolosos na Baixada Fluminense, contra 1.052 na capital. Considerando que a população da “Cidade Maravilhosa” é aproximadamente o dobro da encontrada nos treze municípios periféricos aqui estudados, torna-se compreensível a constatação dos moradores quanto à consolidação e ao fortalecimento do tráfico de drogas na região a partir da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro.

A comparação com os anos anteriores corrobora com a interpretação de que o padrão de violência na Baixada Fluminense está se tornando ainda mais complexo e letal. Dados do mesmo ISP mostram que o número de homicídios na Baixada Fluminense

aumentou 25% de 2012 para 2013, passando de 1.381 para 1.728 casos de assassinatos na região.

Dessa forma, caracteriza-se como objetivo deste trabalho a problematização das impressões e relatos dos moradores da Baixada quanto ao aumento da criminalidade violenta na região a partir da chegada de novos personagens e, conseqüentemente, do confronto com os antigos “donos” do território.

A fim de exemplificar o discurso local incipientemente exposto, apoio-me em três eventos específicos verificados nos últimos dez anos e que caracterizam de maneira direta o quadro proposto. Assim, os casos da “Chacina da Baixada” (2005), da “Chacina da Chatuba” (2012) e do assassinato de “Canjica” (2015), ex-aluno e morador de Belford Roxo, são utilizados aqui como instrumentos de análise do contexto estudado, onde a motivação para tais eventos extremos e separados por uma década vem a se somar com os dados e relatos colhidos durante a pesquisa de campo.

### **“Dos barões ao extermínio”**

Tradicionalmente representada como uma área de terras baixas, constantemente alagadas entre o litoral e a Serra do Mar (GEIGER e SANTOS, 1956), a Baixada Fluminense conta com uma infinidade de definições e regionalizações que dificultam a determinação de um recorte espacial mais específico. Sendo assim, utilizo aqui sua configuração considerada mais ampla, composta por treze municípios – Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Com uma população de aproximadamente três milhões de habitantes, a região se destaca como uma das maiores áreas urbanas do país, compondo juntamente com a capital e os municípios do Leste Metropolitano (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Maricá) a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

O considerável número de habitantes é acompanhado pela histórica segregação sofrida por esta periferia urbana. Desde sua ocupação a partir do ciclo da cana-de-açúcar no século XVII, passando pelos posteriores momentos de extração do ouro em Minas Gerais e do plantio do café no Vale do Paraíba, a Baixada Fluminense foi costumeiramente enxergada como um local de passagem, uma verdadeira *hinterland*, palco de afirmações e

discursos preconceituosos e de uma atuação estatal marcada pela negligência ou, na maior parte dos casos, pela ação intencionalmente motivada.

O início do ciclo do café no Vale do Paraíba, após um pequeno período de plantio na Baixada, ratificará ainda mais a função de entreposto da região. Com o aumento da produção de café e o seu escoamento através do Porto do Rio de Janeiro, os velhos caminhos percorridos através dos rios que cortam a região e abertos durante o ciclo do ouro ganham nova importância. Assim, sem uma agricultura forte após a derrocada da cana-de-açúcar, restou à Baixada Fluminense o papel de intermediação entre as áreas produtoras e o Porto.

As limitações do transporte fluvial não demoram a aparecer no período cafeeiro. O aumento da produção de café leva o escoamento através dos rios a um intenso esgotamento e lentidão. Era necessário, então, buscar uma alternativa que viabilizasse o fluxo dessa mercadoria entre o Vale do Paraíba e a cidade do Rio de Janeiro. Essa solução seria o trem.

Desta forma, ocorre a partir da segunda metade do século XIX a construção de uma malha ferroviária centralizada na cidade do Rio de Janeiro, a se destacar a EFCB (Estrada de Ferro Central do Brasil) em 1858 e da EF Leopoldina em 1886. Tal malha provocou um surto populacional na Baixada Fluminense, sobretudo no entorno das estações, onde uma pequena gama de serviços era oferecida.

Contudo, a decadência vivenciada pelo café na Região do Vale do Paraíba, bem como as constantes epidemias que assolavam a Baixada Fluminense fazem esse crescimento ser freado ao final do século XIX. Fato totalmente oposto ocorre na capital, cujo incipiente processo de industrialização, atrelado ao papel logístico adotado com a grande participação do Porto levam a um intenso incremento demográfico na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, a uma expansão física, causando uma série de problemas estruturais e socioeconômicos que se intensificam com a Reforma Pereira Passos no início do século seguinte, como afirma Maurício de Abreu:

“A importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condizia com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes políticos e econômicos com carroças, animais e cortiços” (ABREU, 1987, 60).

Além de uma alteração do perfil social da cidade, Passos também buscava uma definição da sua vocação econômica, substituindo atividades industriais, onde a presença do operário se fazia necessária, para uma cidade de serviços e negócios. A transferência

das indústrias pesadas e intermediárias para os subúrbios, agora dotados de uma malha ferroviária, dá ainda mais força ao movimento de ocupação na Baixada Fluminense, onde a concentração populacional se manifestava ao redor das estações de trem da EFCB, sobretudo. A esse respeito, Simões afirma:

“A solução será a expansão em direção aos subúrbios servidos através do loteamento popular e da autoconstrução, que serão os três elementos fundamentais do processo de expansão urbana e formação da aglomeração metropolitana que se consolidará ao longo do século XX. A Baixada Fluminense, que até então era uma grande área insalubre e vazia com pequenos núcleos urbanos em torno das estações ferroviárias será, paulatinamente, integrada a essa lógica de ocupação urbana”. (SIMÕES, 2007, 95).

Assim, o início do século passado foi marcado por intensas modificações na estrutura urbana, tanto na cidade do Rio de Janeiro através da Reforma Pereira Passos, quanto nas periferias urbanas e rurais, sendo esta última representada, principalmente, pelas consequências observadas na Baixada Fluminense, cuja urbanização – desordenada em grande parte – surge como uma resposta às políticas implementadas na então capital da república.

Já na metade do século XX, outro aspecto demográfico surge para reconfigurar a “Terra Alagada”. Trata-se da chegada em massa de migrantes de várias regiões do país, sobretudo do Nordeste, ávidos pela oportunidade de conquistarem o seu “pedaço de terra” nas proximidades da então capital federal. Barreto (2006) destaca que durante as décadas de 1950 e 1960 a Baixada Fluminense passou pelo seu período de maior crescimento populacional (100% somente na década de 1950), superando o restante do estado.

Se o período citado anteriormente caracterizou a Baixada como um *el dourado* do expansionismo urbano irregular, o período posterior contou com um distinto elemento associativo e central a este trabalho: a violência. A emergência de grupos de extermínio, somadas às altas taxas de homicídios e às imagens de um espaço marcado pela pobreza fadaram a Baixada a um estigma altamente depreciativo, intensificando, assim, as já abissais fronteiras simbólicas constituídas entre esta periferia e sua capital. Enne (2004), ao analisar a atuação da imprensa entre as décadas de 1950 e 2000, destaca o auge da representação da violência na Baixada durante a década de 1980, passando a imagens mais positivas nos anos 1990 e 2000, relacionadas ao desenvolvimento econômico da região e a consequente promoção de um mercado consumidor.

A primeira referência à Baixada nos jornais cariocas já denota o estereótipo descrito. Passando por uma grave crise de abastecimento de alimentos, motivada, por sua

vez, pelo monopólio e pela estocagem com fins especulativos desses mantimentos por comerciantes locais, somada às dificuldades e ao abandono da região pelo poder público, ocorre no dia 5 de julho de 1962 uma grande revolta popular conhecida como “o grande saque”. Na manhã dessa quinta-feira, marcada também por uma greve geral de trabalhadores no país, cerca de dois mil estabelecimentos na Baixada foram saqueados. Concentrado entre os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Belford Roxo, “o grande saque” teve o saldo oficial de 47 mortos, 700 feridos e aproximadamente um bilhão de cruzeiros de prejuízos aos comerciantes (Torres e Menezes, 1987):

Ao longo das três décadas que vão de 1930 até o golpe militar de 1964, a Baixada Fluminense transformou-se na grande periferia urbana reincorporada pela cidade do Rio de Janeiro. A explosão populacional, a febre loteadora, os conflitos por terras, o fluxo pendular dos trabalhadores em relação à cidade carioca, o crescimento do comércio e da indústria, o desmembramento e a formação de novos municípios, os movimentos de resistência dos camponeses frente aos despejos, a reconfiguração do campo político local e a explosão da revolta popular, são características dessa nova realidade que emergia. É nesse período, também, que a violência ganhará dimensões peculiares. Se por um lado ela se caracterizava como instrumento dos setores dominantes na obtenção de terras e poder, (...) por outro lado ela será posta em prática pelos setores populares a fim de superarem seus problemas. Tanto no caso das ocupações de terras por setores organizados do movimento camponês, como na fúria depredadora do saque, o que se viu foi o emprego da violência enquanto estratégia coletiva. Uma violência que deixava de ser apenas um ato individual na resolução de conflitos interpessoais e assumia dimensões bem mais amplas. Não era somente uma violência fruto do desajuste provocado pela rápida transformação urbana, nem uma mera revolta alucinada. O que ficava evidente era o seu caráter político (Alves 1998, pp. 98 e 99).

Eventos como “o grande saque” ou os linchamentos em praça pública, comuns durante as décadas de 1960 e 1970, serviram para reforçar o discurso de criminalização da pobreza que já recaía sobre os moradores da Baixada. O “monopólio da força física” ali não era do Estado, mas de líderes ou grupos de “matadores” que, embasados por um discurso moral, agiam em substituição aos agentes oficiais. O caso, talvez, mais representativo foi o do político caxiense Tenório Cavalcanti. Seu codinome de “*o homem da capa preta*”, bem como sua metralhadora apelidada carinhosamente de “*Lurdinha*”, o conferiram mais de duas décadas na vida política da região, marcada por escândalos, processos criminais que nunca foram à frente e declarações polêmicas, como a destacada por Beloch (1986):

“Eu, quando dou um tiro na barriga ou perna de alguém, é porque ele tá maconhado e é uma cobra venenosa que eu não posso deixar solta na rua (...) Os covardes é que se omitem e deixam o cachorro louco e a cobra venenosa agredir o indefeso. Tem que matar o agressor injusto, que é injusto não só contra você, mas contra toda coletividade.” (citado em Beloch, 1986).

A violência na Baixada Fluminense toma dimensões ainda maiores durante a ditadura militar (1964 – 1985). A formação do “Esquadrão da Morte”, grupo de extermínio constituído por policiais, bombeiros e militares em geral, cujo apoio velado da ditadura permitia a impunidade nos casos de execução daqueles que estavam “perturbando a ordem”, faz com que o número de homicídios quadruplique no município de Nova Iguaçu, com amplo destaque para o distrito de Belford Roxo, responsável por cerca de 35% dos casos registrados na sede municipal (Alves, 1998). É nesse contexto que a UNESCO vai considerar o então distrito como o lugar mais violento do mundo em 1976.

A atuação de grupos de extermínio ou, simplesmente, dos “matadores”, como a população costuma chama-los, faz parte do processo de construção social de praticamente toda a Baixada Fluminense. O processo de ocupação narrado aqui e indiscutivelmente marcado pela ausência de planejamento e pela ação ineficiente ou inexistente do Estado deu espaço para este tipo de “segurança comunitária” se desenvolver; ao passo que ser um “matador” ou até mesmo um amigo de um lhe confere uma posição social de destaque entre a população local. A aniquilação física aqui não é monopólio do Estado, mas uma concessão do mesmo a tais “agentes comunitários de segurança”, vistos como vitais na marcante autorresolução de problemas da região.

O suposto carisma também se converteu (e ainda se converte) em dividendos políticos aos líderes dos grupos citados. O exemplo histórico de Tenório Cavalcanti é ampliado na década de 1990 em toda a região. As eleições ao cargo de prefeito de Joca em Belford Roxo e de Zito em Duque de Caxias ratificam a teoria citada. Acusados de uma série de homicídios, roubos, ameaças de mortes a opositores e desafetos, os dois políticos são exemplificações de um quadro ainda presente na Baixada Fluminense. A impunidade é uma das marcas principais deste padrão de violência, não somente aos que ocupam cargos políticos, como o caso dos ex-prefeitos citados, mas a maior parte dos envolvidos em crimes de execução na região.

É a partir desta tradicional certeza de impunidade e sensação de onipotência que chegamos à “Chacina da Baixada”, a maior já registrada no país. Insatisfeitos com mudanças e investigações realizadas em alguns batalhões da região, principalmente no 15º BPM de Duque de Caxias, um grupo de policiais cometeu no dia 31 de março de 2005 o assassinato de 29 pessoas entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados. A insatisfação dos policiais com a linha-dura imposta no batalhão citado, onde o comandante era o coronel Paulo César Lopes, teria sido o estopim para a explosão de violência. Antes da

barbárie, ele havia afastado 60 policiais militares, presos durante a operação “Navalha na Carne”, como afirmou ao jornal O Dia em reportagem especial sobre os dez anos do ocorrido:

“Assumi o batalhão em crise. Policiais se envolviam com corrupção com o transporte alternativo. Acabei com isso. Sofri retaliação e jogaram uma cabeça no pátio do batalhão. Dei uma resposta rápida. No mesmo dia prendi dez PMs. Aí começou a retaliação que desencadeou na Chacina da Baixada.” (O Dia, 29/03/2015).

Conforme destaca Alves (2005), a comprovação dessa versão expõe a continuidade de uma prática comum ao longo da história dos grupos de extermínio na Baixada. A cada movimento de controle e limite para a operação desses grupos, reações como o aumento do número de vítimas sempre foram identificadas, gerando, como uma consequência, uma acomodação das políticas de segurança e investigação. Coincidentemente ou não, a execução dos 29 inocentes ocorreu na noite do dia 31 de março de 2005, exatamente 45 anos após o golpe que deu origem à ditadura militar e a subsequente consolidação dos grupos de matadores na região.

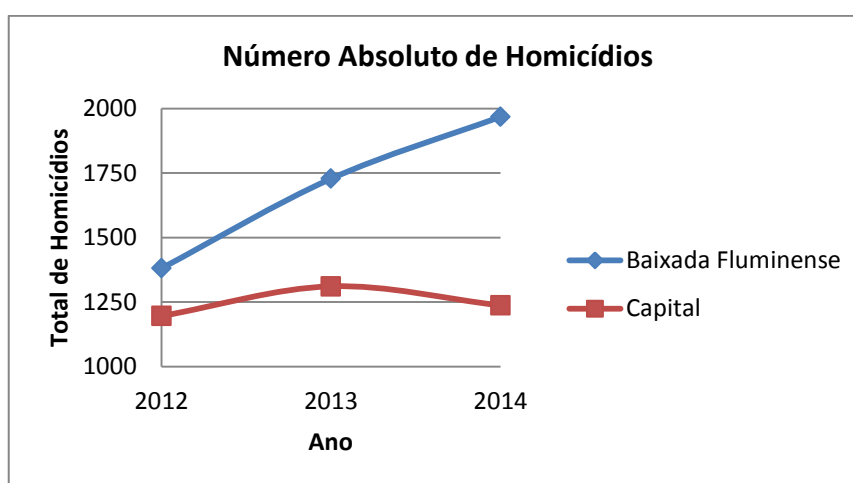
Ao todo, onze policiais foram indiciados e somente quatro condenados. Desses, um fora solto por falta de provas, dois foram assassinados na prisão, numa ação entendida pelo Ministério Público como queima de arquivo, e somente um dos condenados continua preso. A impunidade, marca registrada deste padrão de violência historicamente consolidado, até hoje se coloca como um elemento de sustentação da prática criminosa desses grupos. Permeados politicamente e respaldados por relações pessoais, sobretudo no próprio setor de segurança pública, os grupos de extermínio continuam a atuar neste espaço densamente ocupado e administrativamente negligenciado. As disputas territoriais narradas a seguir, bem como as consequentes vítimas desse enfrentamento só vêm a ratificar esta afirmação.

### **No meio do caminho tinha a UPP**

Instaladas sem uma clara definição a partir do ano de 2008, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), programa de policiamento de proximidade desenvolvido e assim caracterizado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, conta, de acordo com dados publicados no site do programa, com aproximadamente dez mil policiais em seus efetivos, divididos em 38 unidades – 37 delas na capital e uma na Baixada Fluminense, instalada recentemente na Favela da Mangueirinha, em Duque de Caxias.

Por si só, a desproporcionalidade nos números já denotaria a fraca atuação estatal no campo da segurança pública na Baixada Fluminense, conforme relatou de maneira objetiva o tópico anterior. Levando em conta os dados referentes ao número de homicídios divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), em 2014 a Baixada Fluminense registrou 1968 casos, contra 1237 na cidade do Rio de Janeiro. Em outros termos, mesmo apresentando a metade da população da capital, a Baixada registra cerca de 60% a mais de homicídios dolosos. A evolução dos dados nos últimos três anos pode ser verificada no gráfico abaixo:

FIGURA I



(Fonte: elaboração própria)

A simples análise dos dados apresentados já indica certa coerência na constatação de ampla maioria da população da Baixada Fluminense quanto a migração de traficantes e atividades ligadas ao tráfico de drogas para a região. Contudo, a fala oficial do secretário de segurança pública José Mariano Beltrame na cerimônia de inauguração da 31ª UPP, localizadas nas favelas do Caju e Barreira do Vasco, faz questão de evitar qualquer afirmação desta possível “fuga” em massa rumo à periferia metropolitana, porém reconhece a existência do fluxo:

"Se a população refletir, as pacificações não estão acontecendo por acaso. Existe um plano para a Baixada Fluminense e para Niterói, mas não serei mercenário da ilusão de dizer que vamos fazer uma UPP nesses lugares na semana que vem. Há migração de traficantes, mas o número é mínimo. Não dá para tratar dinheiro público e vidas humanas com especulação. Nos guiamos por dados." (G1, 03/03/2013).

O reconhecimento por parte do secretário, mesmo que seu pronunciamento faça questão de destacar um possível exagero na opinião generalizada na Baixada, soma-se a



outro evento extremo de violência registrado na região, porém sob a lógica de outro *modus operandi*. A “Chacina da Chatuba”, como ficou conhecida, é aqui entendida como um elemento central de análise, visto que sua motivação e suposta realização diferem completamente da execução em massa ocorrida sete anos antes.

No dia 8 de setembro de 2012, seis jovens do bairro Cabral, localizado na cidade de Nilópolis, teriam saído de casa em direção a um festival de pipas que ocorria na vizinha Mesquita. Após o evento, o grupo decidiu tomar banho numa cachoeira, localizada no Parque de Gericinó - área militar controlada pelo exército e localizada entre os dois municípios. De acordo com o inquérito, o possível toque do celular de um dos rapazes é a explicação dos assassinatos. Uma funk que fazia menção a uma facção diferente da encontrada na Chatuba teria levado traficantes locais, escondidos próximos à cachoeira, a confundirem os menores com possíveis invasores, provocando, assim, a execução dos rapazes numa região conhecida como “Bicão”.

Os corpos, nus e enrolados em lençóis, de Cristhian Vieira, Glauber Siqueira, Victor Hugo Costa, Douglas Ribeiro, Josias Serles e Patrick Machado, todos com idade entre 16 e 19 anos, foram encontrados dois dias depois do desaparecimento, às margens da Rodovia Presidente Dutra, num canteiro de obras no trecho de Mesquita. Além dos seis citados, o pastor Alexandre Lima, 37 anos, e o cadete da Polícia Militar Jorge Augusto de Souza Alves Junior, de 34 anos, também foram encontrados mortos nos arredores da favela. Suas mortes foram identificadas como possíveis “queimas de arquivo”, entendidas como testemunhas da execução dos jovens pelo grupo de traficantes.

Na mesma semana, cerca de 150 policiais ocuparam a favela. Blindados do corpo dos Fuzileiros Navais foram encaminhados para a localidade com cobertura em tempo real enquanto cruzavam a Avenida Brasil. Apesar da negativa quanto à migração citada anteriormente, Miagusko destaca a fala do então governador Sérgio Cabral e do próprio Beltrame no contexto da reação do Estado ao ocorrido:

“O governador Sérgio Cabral declarou que a fuga de ‘marginais das comunidades pacificadas’ no Rio de Janeiro que migravam e buscavam manter a estrutura de poder garantida pelo território podia ser interpretada como possível causa da ‘chacina’: ‘eles conseguem escapar, se reorganizar e tentam manter a estrutura do poder paralelo. Isso tem sido bem claro para a gente. A gente não tem ilusão’. O secretário de segurança pública José Mariano Beltrame apontou a ausência do Estado naquela comunidade em função do domínio territorial por parte dos criminosos como causa principal da chacina. No entanto, Beltrame negou a tese da migração de criminosos das favelas com UPP para outras regiões: ‘a migração acontece no sentido das lideranças do tráfico. Não há migração em massa’. O delegado responsável pelo caso, Júlio da Silva Filho, também ressaltou a ousadia dos criminosos: ‘os traficantes se julgavam e se

intitulavam donos e senhores daquele território. E os jovens teriam invadido aquele local’.” (Miagusko, 2013).

O discurso, ora de negação ora de afirmação, por parte dos agentes oficiais do Estado contraria a impressão amplamente encontrada na Baixada Fluminense quanto à teoria migratória das atividades relacionadas ao tráfico. Parece um consenso entre os quase 3,5 milhões de habitantes que aquele território, antes hegemonicamente controlado por grupos de extermínio, hoje se encontra em meio a uma disputa entre o antigo e o novo padrão de violência local. “Bailes de favela” que ocorrem nas ruas e limitam a circulação de moradores, bloqueio de entradas de alguns bairros e constantes tiroteios entre traficantes e policiais ou até mesmo entre facções diferentes são frequentemente citados em conversas sobre segurança e violência.

O carisma apresentado por alguns líderes de grupos de extermínio e aparentemente rotinizados, utilizando aqui a expressão de Max Weber ao tratar da dominação carismática (1967), retorna em alguns discursos. O fortalecimento do tráfico em algumas regiões ou até mesmo o surgimento da atividade em locais antes considerados “tranquilos”, faz parte dos moradores exaltarem a atuação dos tradicionais “matadores”, claramente menos numerosos e mais cautelosos em suas atuações, como podemos notar neste trecho de entrevista cedida por uma moradora de Belford Roxo:

“Este lugar está nojento. Desde que trouxeram esses traficantes pra cá a gente não sabe mais com quem está lidando. São pessoas novas, mal-encaradas e que passam a todo tempo para nos colocar medo. Ainda bem que já comprei meu terreninho lá em Saquarema. Assim que puder vou para lá, mas espero que antes os homem (sic) cuidem disso. A gente sabe que vagabundo aqui não se cria, nunca se criou, porque agora vai ser diferente?” (I.D.A, entrevista concedida em 22/04/2015).

O discurso representado acima ratifica a ideia não de uma alteração sumária do padrão de violência na Baixada, mas de uma complexificação das relações de força ali verificadas com o então fortalecimento do tráfico de drogas. É importante destacar que venda e consumo de drogas sempre existiu na Baixada Fluminense, ao contrário do que muitos moradores afirmam. Contudo, o que se percebe, seja através dos relatos, das observações de campo e até mesmo dos dados apresentados é um fortalecimento da estrutura comercial do tráfico na região, alterando as relações de força encontradas historicamente ali, conforme veremos na descrição seguinte.

## O caso “Canjica”

Parecia uma manhã de segunda-feira normal quando cheguei ao CIEP, mas já na minha primeira turma do dia pude perceber que algo diferente acontecera ali. Os alunos, sempre divididos entre a tradicional preguiça do primeiro dia letivo da semana e a animação para contar as novidades do final de semana, desta vez pareciam carregar mais do que a indisposição matinal.

Após fazer a chamada e iniciar as atividades previstas para aquele dia, aproximei-me de Paulo para saber o que estava acontecendo. Paulo está no seu terceiro ano como aluno da segunda série do ensino médio e é visto por muitos professores como um aluno problemático e que deveria ser expulso da escola. Em 2013, quando cursava pela primeira vez o ano de escolaridade citado, acabou preso por assalto à mão armada em Nova Iguaçu. Filho e irmão de policiais, ficou cerca de um mês em Bangu II, mas como era réu primário, logo foi solto após o pagamento da fiança.

Apesar da indisposição do corpo docente com o rapaz, sempre procurei ter uma relação de proximidade e aconselhamento com ele, o que me fez ter sua confiança para revelar o que estava por abalar a turma por um todo. Com a voz embargada e os olhos começando a lacrimejar, Paulo me chamou para a porta da sala, já recolhendo seu material, numa alusão que não continuaria na aula. Percebendo a gravidade do que tinha ocorrido, levei-o à sala ao lado, vazia pela falta de algum professor naquele horário, e conversamos, após os quase cinco minutos de choro do aluno.

A narrativa do assustado rapaz se inicia na noite de sábado (30/06/2015), dia de baile na agora temida Favela da Caixa D’água, uma região conhecida pela anterior atuação de um dos mais fortes grupos de extermínio do município de Belford Roxo, reduto do ex-vereador e empresário Marcão Kiko e há cerca de três anos dominada pelo tráfico. Após o fim do seu mandato em 2012 e da relatada chegada de novos traficantes na região, Marcão e seus companheiros de atuação deixaram o bairro, hoje definido como favela pelos que lá vivem.

Ao chegar ao “Escadão”, local onde ocorre o baile aos sábados, Paulo diz que se surpreendeu quando viu a moto de “Canjica” ali parada. É nesse momento que descubro a razão para a comoção dos alunos, não só na sala em que estava naqueles primeiros tempos, mas em toda a escola. “Canjica”, como era chamado em referência aos dentes brancos e pequenos, era, na verdade, um ex-aluno meu e da escola. Seu carisma e simpatia

contagiava a maior parte dos alunos, tanto das turmas em que estivera estudando, quanto das demais. Sua passagem pela escola já tinha se encerrado, com a conclusão do ensino médio em 2013, mas sua rede de amizade ainda se mantinha forte, a ponto de sua morte causar tamanha comoção.

De acordo com Paulo, ao chegar ao baile um traficante conhecido o abordou e disse que seu amigo estava sendo “julgado” no alto do morro. Sem saber se perguntava o que tinha acontecido ou se corria para tentar salvá-lo, Paulo decide tentar a segunda opção, numa reação de desespero e medo. Nesse momento, segundo ele, o mesmo traficante o orienta a não subir, pois “quem fecha com errado, errado também está”. Após essa fala, o filho de policial entende o recado e, conforme me relatou, procurou outro amigo “envolvido” para tentar argumentar em favor de “Canjica”. Ao encontra-lo, descobre que já não era possível fazer mais nada e que seu “irmão” já se encontrava num estado crítico numa das entradas principais da favela.

Impedido de sair da frente dos olhos do grupo de traficantes, Paulo conta que só pôde deixar o local ao final do baile e que nesse momento já imaginava que o amigo se encontrava sem vida. Para sua surpresa, ao sair da favela à procura, encontra um grupo de fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus concentrados na porta da Escola Municipal Júlio César de Andrade (escola em que lecionei por um ano enquanto fui professor da Prefeitura Municipal de Belford Roxo e que carrega o nome do irmão assassinado do ex-vereador Marcão Kiko). Ao se aproximar da pequena multidão, Paulo logo se depara com o corpo de “Canjica”, visivelmente espancado, porém ainda apresentando sinais vitais. Os membros da igreja o disseram que estavam retornando da vigília de sábado e que viram o momento em que três jovens deixaram o rapaz desacordado na lixeira localizada na entrada da escola.

Revoltado e voltando a chorar, Paulo diz que o amigo estava muito ferido e que mesmo com o atendimento prestado pelo SAMU, “Canjica” veio a falecer na tarde daquele domingo, dia 31 de junho. Segundo ele, seu amigo morreu por conta de um possível “envolvimento” com um jovem e já conhecido “matador” do bairro onde morava. Questionado sobre o que estaria fazendo ali no baile, “Canjica” não conseguiu convencer os traficantes de sua não-aproximação com o suposto membro do grupo de extermínio. Torturado e espancado, o rapaz não resistiu aos ferimentos provocados pelos paus e pedaços de madeira utilizados em sua sentença.

A morte de “Canjica” poderia ser mais uma nas quase duas mil registradas anualmente na Baixada Fluminense se não fosse por uma razão especial: ela representa a complexificação do padrão de violência na região periférica fluminense. Não se trata mais do medo e da coação dos membros dos grupos de extermínio, tampouco das determinações e limitações impostas por traficantes, mas de uma delicada sociabilidade marcada por disputas territoriais, econômicas e, porque não, morais. A disputa entre esses dois personagens da violência urbana da Baixada torna ainda mais complexa a definição de uma “identidade para o extermínio” ou para a “salvação”, como destaca Michel Misse:

“Na perspectiva da sujeição criminal, há um agravamento progressivo do processo de subjetivação, que vem a construir, em cada época da cidade, um tipo social de sujeito criminal: já foi o malandro por oposição ao trabalhador (até os anos 50), foi marginal por oposição ao malandro (a partir dos anos 60), é agora vagabundo – numa fusão do malandro com o marginal. Em cada passo, a incorporação de uma representação de mais violência.” (Misse, 2000, p. 53).

A observação de Misse, apesar de ter sido cunhada sob outra realidade socioespacial, representa categoricamente o caso ocorrido com o jovem “Canjica” e com as demais vítimas desse complexo mosaico de interpretações e leituras. A representação do “matável”, do *Homo Sacer* nos termos de Giorgio Agambem (1995), tornou-se fluida e imprecisa a partir das já verificadas entrada e/ou fortalecimento de atividades narcotraficantes na Baixada em decorrência do projeto de pacificação em algumas favelas cariocas. Flutuar entre essas duas identidades para o extermínio requer uma habilidade pessoal nem sempre encontrada e que quando ausente mostra-se letal, como no caso do querido “Canjica”.

## **Conclusão**

As práticas do Estado na Baixada Fluminense orientam a interpretação de sua ausência – intencional ou não – nesta periferia urbana, historicamente conhecida pela fraca atuação de políticas públicas e ausência de infraestrutura. Longe de entender esta importante área da Região Metropolitana como um espaço vazio de sentido, destacou-se aqui a emergência dos grupos de extermínio, inicialmente como um instrumento próprio de resolução de problemas e rapidamente transformado em um eficaz instrumento de dominação, legitimado durante anos de abandono e/ou ações disfarçadamente intencionadas pelo próprio Estado.

Se a atuação coletiva de “matadores” locais - em sua maioria organizados a partir de grupos de policiais, bombeiros e militares em geral - ofereceu aos grupos de extermínio um longo período de controle territorial, moral e econômico, sua aparente perda de força frente aos traficantes (locais ou supralocais) torna o padrão de violência na Baixada Fluminense algo difícil de uma clara definição. A Chacina da Baixada, identificada aqui como um exemplo representativo da tradicional atuação e sensação de impunidade, dá lugar, sete anos depois, a outro evento extremo de violência, porém orientado por razões completamente distintas.

Cabe destacar que o presente trabalho não procurou julgar a validade das UPPs como projeto de segurança, e sim caracterizar sua implantação praticamente majoritária na capital como mais uma face da parca presença do Estado na Baixada Fluminense. A questão da migração de traficantes e o fortalecimento/promoção do tráfico de drogas na região a partir da expansão das Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro foi tratada aqui não como uma hipótese infundada, mas como um fato, apesar das falas imprecisas do atual secretário de segurança pública.

A interpretação dos moradores da Baixada é revelada numa espécie de uníssono quanto ao agravamento das questões de segurança a partir das UPPs pela capital, sobretudo após a expansão do projeto pelas favelas do subúrbio da cidade. Os dados aqui simplificados apresentados, somados às distintas chacinas e, de forma especial, o caso do menino “Canjica” foram utilizados como instrumentos de validação da teoria local, criada a partir das impressões e experiências vividas e, como tradicionalmente se mostrou, negligenciada pela ação do poder público.

### **Referências bibliográficas**

ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLAN Rio/ Jorge Zahar Editor, 1987.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH: Clio, 2003.

BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha. Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1985.

ENNE, Ana Lúcia. Lugar, meu amigo, é minha Baixada: memória, representações sociais e identidades. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Miriam Gomes Coelho. Estudos Rurais da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. Balanço das Incidências Criminais e Administrativas no Estado do Rio de Janeiro, anos base 2014, 2013 e 2012.

MIAGUSKO, Edson. “Chatuba não é favela”: margens, representações sociais e UPP’s no Rio de Janeiro. 37º Encontro Anual da ANPOCS, Minas Gerais, 2013.

O DIA. Chacina da Baixada completa 10 anos. O Dia, Rio de Janeiro, 29 de março de 2015.

MISSE, Michel. A categoria “bandido” como identidade para o extermínio. Algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. In BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de (Orgs.) – Violência e Dilemas Civilizatórios: as práticas de punição e extermínio, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

SIMÕES, Manoel. Ricardo. A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado, UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2007

TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. Sonegação Fome Saque. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Editores, 1987.